

POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA EM FORTALEZA

Ronaldo A. Arraes*
Francisco de A. Soares*

Resumo: Investigar a evolução da pobreza absoluta e relativa na Região Metropolitana de Fortaleza com base em amostras de 1979 e 1985 é o principal objetivo deste artigo. Discutido o conceito de subsistência, decide-se medi-la através de um nível mínimo de renda monetária, o qual é chamado linha de pobreza absoluta. Essa linha foi estabelecida através de normas nutricionais e pela identificação do coeficiente de Engel. Determinadas as linhas de pobreza nos dois períodos, os índices de Sen e de Fishlow foram computados e evidenciaram um acirramento da pobreza absoluta e relativa. Outras características sócio-econômicas são levantadas, contrastando indivíduos e famílias pobres com não-pobres.

1. INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes do mundo moderno é a existência da pobreza, seja ela considerada do ponto de vista relativo ou absoluto. Obviamente, este problema é agravado nos países subdesenvolvidos onde a pobreza assume proporções mais elevadas, tanto no que diz respeito a um conjunto de bens e serviços necessários à sobrevivência mínima (pobreza absoluta), quanto no que se refere à diferença de padrões de vida entre as classes sociais (pobreza relativa).

É importante lembrar que a pobreza existe em toda parte, mas sua magnitude é inerente a uma determinada sociedade. Nesta ótica, trata-se a pobreza como uma questão historicamente determinada. Daí a preocupação contemporânea com a distribuição da renda e as disparidades entre as classes sociais que aparecem e/ou aprofundam-se com o crescimento econômico.

* Professores do Curso de Mestrado em Economia—CAEN da Universidade Federal do Ceará.

Por outro lado, a existência de regiões que gravitam na periferia da periferia, como é o caso do Nordeste, produz situações de miséria absoluta tão dramáticas que se torna imperiosa uma análise mais aprofundada a respeito da sobrevivência mínima e das condições de reprodução da população destas áreas.

Desta forma, parece relevante recolocar a discussão sobre questões tais como, a relação desenvolvimento — pobreza, conceito e medida da pobreza, fatores explicativos da pobreza (tanto absoluta quanto relativa), possibilidades e alternativas de superação do problema.

Entende-se este fenômeno como um processo no qual o conceito de subdesenvolvimento não pode ser colocado sem a contraposição ao de desenvolvimento, pois as suas estruturas produtivas são marcadamente diferenciadas em função do progresso técnico, densidade de capital, formas mais eficientes de produção etc. Pode-se, portanto, perceber que o fenômeno do desenvolvimento urbano-industrial nas regiões subdesenvolvidas acaba mantendo, reproduzindo e, até mesmo, ampliando a pobreza.

A literatura pertinente à questão da pobreza é normalmente enquadrada em um ou mais dos seguintes grupos:

- a) trabalhos que tentam identificar e/ou quantificar a parcela considerada pobre da população;
- b) trabalhos que objetivam analisar a concentração de renda;
- c) trabalhos que procuram apreender as causas últimas que explicam a pobreza.

Certamente que todos eles acabam propondo políticas econômicas e sociais com o objetivo de reduzir hiatos encontrados entre ricos e pobres.

Os dois primeiros grupos são predominantes e agregam os estudos geralmente apoiados no enfoque das chamadas linhas de pobreza e índices de concentração de renda (22)(24)(17). Neste caso, os objetivos dos trabalhos, na maioria das vezes, têm como preocupação fundamental apontar os aspectos mais gritantes e perversos da pobreza. O corolário destas contribuições é a recomendação de implementação de políticas assistencialistas de ajuda aos pobres. Muito embora esses estudos não se aprofundem em busca das causas fundamentais da pobreza eles fornecem a identificação e/ou quantificação dos grupos mais miseráveis, como um guia para que o setor público possa elaborar políticas salariais e/ou redistributivas de renda adequadas.

O terceiro grupo trata mais acuradamente das causas da pobreza, notadamente da pobreza relativa. A este respeito pode-se dividir as causas em aparentes e estruturais. As causas aparentes são, normalmente, simples correlações espúrias e não relações de causalidades e acabam sendo, muitas vezes, confundidas como conseqüências da pobreza. O antigo dilema da educação ilustra esta idéia; um maior nível de educação explicaria um maior nível de renda, quando o inverso também é verdadeiro.*

Este trabalho se propõe a investigar a evolução da pobreza absoluta e relativa na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) no período 1979-85. A escolha desse período justifica-se em dois fatores principais: primeiro, averiguar o efeito de um período recessivo sobre a distribuição de renda em áreas urbanas menos desenvolvidas do País, no caso Fortaleza; segundo, no baixo custo para obtenção de dados individuais primários, haja vista que tais informações são oriundas de pesquisas realizadas pelo Curso de Mestrado em Economia—CAEN da Universidade Federal do Ceará (1979) e pelo SINE-CE (1985).

Nesta perspectiva, buscar-se-á uma forma de melhor definir nível de subsistência ou linha de pobreza absoluta através de um exame em bases teóricas. A partir daí, serão investigadas as várias formas de medida do nível de subsistência, comumente usadas, para então formular uma metodologia que melhor se adeque à mensuração da fronteira de subsistência. Em seguida será feita uma verificação, a nível de famílias, de índices de pobreza, absoluto e relativo, no período escolhido para análise.

A fim de complementar a análise a nível pessoal, serão levantados alguns indicadores sócio-econômicos, característicos do comportamento dos indivíduos em famílias situadas abaixo da linha de pobreza, em contraste com os indivíduos nas famílias com renda acima da referida linha.

2. CARACTERIZAÇÃO DA SUBSISTÊNCIA

A comparação entre o nível de bem-estar atual e o padrão de subsistência e sua confrontação com a noção de subsistência social desejável conduz à análise do conceito de subsistência como um padrão de vida absoluto e relativo. É de praxe considerar subsistência como um mínimo absoluto das necessidades básicas.

* Ver MATA (19) onde é realizado um teste econométrico para verificar estas e outras "causas" da pobreza, bem como BENEVIDES FILHO (5).

Em toda sociedade, em um dado período no tempo, existe um consenso social sobre um mínimo absoluto requerido para subsistência. Este mínimo absoluto é determinado levando-se em consideração, o nível do desenvolvimento sócio-econômico, condições climáticas, práticas culturais existentes na sociedade etc. Por exemplo, as necessidades alimentares para sobrevivência física são geralmente medidas em termos de normas nutricionais, as quais podem ser preenchidas de diferentes maneiras. A prática cultural é que dita se se consome carne, ave, peixe etc. para satisfazer necessidades de proteína.

Esse padrão absoluto de subsistência não é, entretanto, único entre nações e comunidades. Ele também não se mantém constante ao longo do tempo para as mesmas pessoas. Ao contrário, deve-se aceitá-lo como um padrão de vida mínimo absoluto no contexto de uma dada sociedade em um dado tempo, merecendo, todavia, atentar-se para o referencial em que é determinado. Tal referencial é, em geral, estipulado pelo nível de renda. Desde que costumes e tradições variam entre pessoas, a capacidade mínima absoluta de satisfazer as necessidades de subsistência requer bens e serviços de natureza e quantidades variadas. Os requerimentos mínimos absolutos de subsistência também variam para a mesma comunidade através do tempo. Quando uma economia se desenvolve, mudanças ocorrem na atitude social em direção a um padrão de vida mínimo mais elevado. Com um melhoramento no nível de desenvolvimento social e econômico esse padrão é ajustado para cima (há indicação de que aumentos na renda afetam positivamente a renda mínima requerida de subsistência). Então, pode-se concluir que subsistência é um padrão de vida mínimo absoluto, relativo a tempo e sociedade.

É senso comum que a caracterização da subsistência seja fundamentada em primeira instância em uma dieta alimentar, daí por que as abordagens mais comumente usadas nesta caracterização são aquelas ditadas por normas nutricionais do consumo alimentar. Desde que os bens são consumidos em função das propriedades nutricionais que satisfazem as necessidades, os equivalentes do teor calórico-protéico das necessidades de subsistência são convertidos em uma renda mínima ou requerimento orçamentário para uma dada cesta de bens.

Outra alternativa, variante da citada, que fornece estimativas da subsistência alimentar para a determinação da linha de pobreza, baseia-se

apenas nas necessidades calóricas médias e desconsidera o lado protéico como requerimento nutricional.*

Muito embora subsistência possa ser caracterizada em termos de bens ou suas composições de nutrientes apenas, ela é convertida em uma magnitude facilmente mensurável de uma norma monetária suficiente para se obter uma dada cesta de bens de mercado. Este método de especificação de subsistência em termos de normas de requerimentos nutricionais ou em termos de bens, contém, entretanto, alguns problemas. As críticas mais sérias contra a especificação de subsistência nas bases de normas nutricionais são aquelas de variabilidade de requerimentos nutricionais interpessoal e inter-regional e da existência de mecanismos adaptadores ao longo do tempo para um mesmo conjunto de indivíduos. Necessidades nutricionais variam de acordo com idade, sexo, condições de saúde, ambiente de trabalho, esforço nas atividades etc. A estatura dos indivíduos e as condições climáticas também fazem diferença nas exigências nutricionais.

Por essas razões, os especialistas no assunto diferem largamente em suas estimativas quanto às necessidades nutricionais, tanto nos diagnósticos quanto nas prescrições. Parece razoável que as estimativas variem se diferenças nos fatores de contribuição são incorporadas. Mas o problema reside em seu uso como uma norma média de subsistência para a comunidade. As diferenças causadas pelo tamanho físico e condições de saúde, ambiente de trabalho e esforço de atividade, dentro de uma mesma comunidade, tornam o uso de uma única medida da norma nutricional para a determinação da subsistência questionável. A razão para isto continua sendo o grau de variabilidade. No Brasil, por exemplo, os indivíduos do Nordeste têm um comportamento físico e são expostos a tipos e esforços de trabalhos bem diferentes dos indivíduos do Sul-Sudeste.

Como consequência, portanto, estimativas das necessidades nutricionais poderiam ser julgadas irrealistas, caso fossem fixadas normas nutricionais idênticas para nordestinos e sulistas. Convém deixar claro, por outro lado, que, uma vez sanadas essas disparidades pessoais e/ou regionais, a confiança nas referidas estimativas voltaria a ser alta. Outra crítica feita a essa especificação refere-se à subordinação irrestrita do indivíduo em relação à cesta de alimentos, daí resultante (23). Entretanto, quando se

* FAVA (8), por exemplo, baseia-se nesta metodologia para definir linhas de pobreza absoluta.

especifica um mínimo absoluto (teórico) de subsistência por esse método, torna-se difícil aceitar a existência de uma renda monetária abaixo desse mínimo e, nesse sentido, a crítica perderia sua eficácia.

Uma outra alternativa de grande valia para a definição de subsistência é aquela que embute uma composição de vários fatores em um índice sobre a qualidade física de vida; tentativa para essa composição, feita por MORRIS & LISER (20), indexa os fatores expectativa de vida, mortalidade infantil e nível educacional como um indicativo do nível de vida. A incorporação dos objetivos de necessidades básicas dentro da construção desses índices compostos é o que levou HICKS & STREETEN (13) a pensar em um medidor de necessidades básicas, o qual pode ser uma medida do estágio de desenvolvimento ou do padrão de vida dos indivíduos.

No caso específico da determinação do nível mínimo de subsistência, referido medidor de necessidades básicas seria de grande ajuda na avaliação da linha de pobreza, especialmente porque não existe um método científico satisfatório que caracterize as necessidades mínimas da parte não-alimentícia do nível de subsistência a níveis fidedignos. O método mais comum para determinar a renda total de subsistência, ou linha de pobreza absoluta, e que será seguido neste trabalho, é aquele que multiplica a renda de subsistência alimentar por um fator chamado coeficiente de Engel.

3. ÍNDICES E LINHA DE POBREZA

As análises sobre mensuração da pobreza concentram-se basicamente na determinação de um índice agregado para medir a extensão e a magnitude da pobreza. Isto requer dirigir a atenção sobre dois aspectos principais da pobreza; a identificação do pobre e a determinação da magnitude da pobreza (absoluta e relativa).

A identificação do nível de pobreza é baseada nas necessidades absolutas do indivíduo no contexto sócio-econômico da comunidade. Uma vez este padrão mínimo de necessidade seja determinado, todos aqueles que não conseguem atingi-lo são identificados como pobres.

Da estimativa do nível de pobreza absoluta é estabelecido o índice da proporção de pobres, o qual expressa o número de pessoas consideradas pobres como uma proporção da população total. Mas esse primeiro conceito de pobreza, geralmente chamado incidência de pobreza, não diz

quão pobre os pobres são. Para responder esta questão, um segundo conceito é usado visando a encontrar a insuficiência de renda, observada, dos pobres, tendo como referencial o nível de renda delimitador da pobreza absoluta. Em termos agregados essa insuficiência de renda denota o hiato de renda da pobreza, o qual pode ser expresso em termos proporcionais. No caso da pobreza relativa, seu indicador deveria exprimir a necessidade de transferência de renda dos não-pobres para os pobres, a fim de se extinguir a pobreza absoluta, ou seja, eliminar o hiato de renda da pobreza.

Dados esses aspectos estruturais embutidos na aferição da pobreza, escolheu-se como base metodológica o uso de índices de pobreza. Dois foram os índices escolhidos para essa avaliação. O primeiro, índice de Sen e suas componentes (26), que trata da magnitude da pobreza mais em termos absolutos, podendo ser expresso por:

$$P = H [I + (1 - I) G],$$

onde: $I = (z - m)/z$;

$H = q/n$;

G = índice de Gini das famílias pobres;

z = linha de pobreza (renda);

q = número de famílias pobres;

n = total de famílias;

m = renda média das famílias pobres.

Enquanto a componente H mostra claramente a proporção de famílias vivendo em estado de pobreza absoluta, a componente I toma em consideração a deficiência de renda das famílias pobres em relação à linha de pobreza.

Com relação ao índice de Sen, convém salientar que, se não houver desigualdade de renda entre os pobres, então, $G = 0$ e $P = H.I$. Ressalte-se ainda que o índice P está contido no intervalo $[0,1]$, assumindo o valor 0, caso todas as famílias estivessem acima da linha de pobreza ($q = 0$), e o valor 1, caso todas as famílias tenham renda zero ($m = 0$ e $q = n$). Em suma, quanto mais próximo de um for a estimativa de P , pior o estado de pobreza absoluta.

O outro índice para avaliação, índice de Fishlow (10), estabelece a relação entre o déficit de renda de todas as famílias pobres e a renda das famílias não-pobres, sendo especificado como:

$$F = q(z - m)/(n.m^* - q.m),$$

onde m^* é a renda média do total de famílias enquanto os outros parâmetros são definidos como anteriormente.

É fácil perceber que o índice mencionado poderia também ser calculado substituindo a média pelo valor absoluto, ou seja, o produto $q.m$ seria substituído pela massa de renda das famílias pobres e o denominador seria apenas a massa de renda das famílias não-pobres.

O índice de Fishlow é bem diferente daquele proposto por Sen, uma vez que depende do produto social apropriado pelas famílias pobres e não-pobres. Isso significa dizer que essa medida é sensível a alterações no produto regional. Deve-se interpretá-lo como um índice de pobreza relativa, pois, tal como formulado, o mesmo demonstra, em termos relativos ou percentuais, quanto se deve transferir de renda dos não-pobres para os pobres para se eliminar a pobreza absoluta.

Viu-se que o elemento crucial nesta análise de índices de pobreza é a determinação da linha de pobreza baseada em um padrão de necessidades mínimas do ponto de vista teórico. Uma vez determinado este padrão, os índices de pobreza são derivados e estimados e então usados para propósitos de política econômica.

Dentre as opções metodológicas utilizadas no Brasil para definir referida linha de pobreza, destacam-se as seguintes:

- a) escolhe-se, arbitrariamente, um certo número de salários mínimos como a renda mínima de subsistência;
- b) a partir da cesta de bens estipulada pelo Decreto-lei 399/1938, o qual estabeleceu que na formação do salário mínimo, são aplicados preços correntes aos componentes da cesta, gerando o valor atual de subsistência;
- c) deduz-se o custo mínimo de uma dieta alimentar satisfazendo os requisitos mínimos de nutrientes e calorias necessários à vida humana, tais como, proteína, caloria, vitamina, ferro, cálcio etc. A partir daí, estima-se a média dos gastos em alimentação como uma proporção dos gastos mínimos totais, de onde se extrai a renda de subsistência.

Uma vez que se tem optado pela terceira metodologia, faz-se necessária uma justificativa para a escolha.

É incontestável que, à época do Decreto-Lei 399, o trabalhador teria todas as condições reais para a satisfação de suas necessidades básicas, conforme atesta SANTOS (25:198) em um comentário da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a criação do salário mínimo no Brasil, "... o Brasil é o país latino-americano que realizou investigações mais detalhadas de ordem nacional para calcular o salário mínimo devido aos trabalhadores, em relação com suas necessidades". No entanto, ao se analisar a parte da cesta concernente ao item alimentação, referente ao Decreto-Lei 399, constata-se um excesso de conteúdo calórico-protéico em relação ao mínimo das necessidades humanas atuais. Esse excesso, se comparado à recomendação da FAO/OMS, seria mais de 50g de proteínas e de pelo menos 150 Kcal. Esse método, portanto, tende a superestimar o custo da cesta alimentar, descaracterizando o mínimo teórico de subsistência que se pretende atingir. FERREIRA (9), ao usar esse método, conclui que o valor da cesta alimentar para a RMF, a preços de 1976, equivalia a 72,7% do salário mínimo, levando a que a renda média das famílias pobres, em alguns municípios da RMF, deveria ser incrementada em 3,45 vezes para alcançar a linha de pobreza.

Quanto ao método que estipula um certo número de salários mínimos como linha de pobreza, não só pela arbitrariedade mas pela própria descaracterização institucional que o salário mínimo tem representado, não pode ser dado crédito científico para se especificar o mínimo de subsistência teórico.*

Antecedendo a metodologia empregada dentro da perspectiva do terceiro método, algumas citações da literatura sobre o seu uso são feitas para uma posterior comparação.

Um dos trabalhos pioneiros enfocando essa terceira metodologia em áreas urbanas do Nordeste é o de PRADO (21). Reconhecendo que o mínimo de subsistência embute uma série de atributos qualitativos de difícil, senão impossível, avaliação, seu estudo concentra-se nos requisitos nutricionais de uma cesta de alimentos para definir aquele mínimo de subsistência.

Prado usa os resultados do trabalho de SILVA (27), o qual se baseou nos dados do Estudo Nacional de Despesas Familiar (ENDEF), com respeito ao valor da cesta alimentar *per capita*. A partir daí, foi feita

* Sobre o uso dessa metodologia ver HOFFMANN (15)(16).

uma relação entre gasto *per capita* em alimentação e proporção dos gastos em alimentação por família. Dessa forma, dado um determinado gasto *per capita* em alimentação, acha-se de imediato a proporção dos gastos em alimentação e, conseqüentemente, a linha de pobreza.

Considerando apenas os resultados das regiões metropolitanas nordestinas, as linhas de pobreza, com base em preços de agosto de 1974 e levando em conta famílias compostas de três adultos, situaram-se nos níveis de 1,73, 1,81 e 2,13 salários mínimos para Fortaleza, Recife e Salvador, respectivamente. Desses resultados, e usando os índices de Sen, Anand e Fishlow para aferir a pobreza, o autor constatou que, dentre as regiões metropolitanas, Fortaleza apresenta os maiores índices de pobreza, apesar de conter menor número de famílias pobres. Esta posição, para Fortaleza, explica-se pelo fato de a cidade ter apresentado o menor índice de urbanização, o qual, conforme prova o autor, correlaciona-se negativamente com índices de pobreza.

Ainda dentro desta linha metodológica, HICKS & VETTER (12), tendo como objetivo contestar o critério do Banco Mundial de usar três salários mínimos como o marco divisório da pobreza absoluta, indistintamente da área urbana considerada, calcularam a cesta alimentar com base na dieta de custo mínimo, elaborada pela Fundação Getúlio Vargas em 1973, a qual levou em consideração os hábitos alimentares de 235 famílias residentes no Rio de Janeiro. Em seguida, adaptou para o caso brasileiro os requisitos nutricionais mínimos estipulados pela FAO/OMS.

De 80 produtos iniciais observados, a dieta de custo mínimo final constou de 22 produtos. Assim, a linha de pobreza absoluta foi definida pela razão entre o custo da dieta e a proporção do gasto familiar em alimentação, proporção esta computada através do ENDEF, para famílias na faixa 2,1 a 3,5 salários mínimos.

Considerado famílias compostas de três adultos, as linhas de pobreza absoluta em 1974 para as regiões metropolitanas nordestinas, Fortaleza, Recife e Salvador, situaram-se nos níveis 2,34, 2,04 e 2,28 salários mínimos respectivamente, contrariando os resultados de Prado já citados.

Ao medir a evolução da linha de pobreza no tempo, os autores atestam que o custo da cesta de consumo tem crescido a uma taxa inferior à do salário mínimo no período 1974-80, o que contradiz os estudos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos

(DIEESE)*. Com o propósito de comparar linhas de pobreza absoluta e relativa, os autores definem linhas de pobreza relativa de acordo com o critério do Banco Mundial, qual seja, um terço da renda nacional *per capita*. Em 1979 o cálculo dessa linha de pobreza relativa forneceu um valor de Cr\$ 1.533, o que, para uma família de Fortaleza representaria 2,82 salários mínimos, elevando assim o número de famílias pobres se comparado com os níveis de pobreza absoluta.

Outro trabalho (ROCHA, 23), concentrado em definir linhas de pobreza ao longo do tempo, segue essa linha metodológica e se baseia nos resultados da cesta alimentar e coeficiente de Engel encontrados po FAVA (8), atualizando os valores da cesta aos preços correntes das regiões metropolitanas brasileiras para os anos 1981, 1983, 1985 e 1986. Expressando seus resultados em termos *per capita*, a autora encontra, para a RMF, linhas de pobreza valoradas em 0,72, 0,63, 0,50 e 0,40 salários mínimos para os respectivos anos analisados.

Já aludimos que uma cesta alimentar, atualmente, deve constar de itens que provejam o indivíduo com um certo conteúdo calórico-protéico compatível com as recomendações da área de tecnologia de alimentos. Concordando com essa opinião, estamos compartilhando da idéia embutida na terceira metodologia, a qual deriva a linha de pobreza a partir da componente alimentação baseada em uma dieta de custo mínimo. Uma vez definido o valor monetário dessa componente, resta buscar um método de estimar sua proporção na renda individual total, delimitando, assim, a linha de pobreza.

Apesar de seguir a orientação usual para a especificação da dieta de custo mínimo, o método aqui empregado difere do de outros trabalhos afins no que concerne às restrições impostas no modelo, por serem julgadas mais completas e precisas. Inicialmente, minimizou-se o custo da cesta alimentar contendo todos os produtos especificados no ENDEF para a RMF por composição nutricional. Procedeu-se a essa minimização para cada ano analisado e, para cada categoria de indivíduo de acordo com a faixa etária (adulto, adolescente e criança) e sexo, obedecendo aos requerimentos calórico-protéico para cada categoria, com base em recomendação da FAO/OMS (2:75-6) além de respeitar a quantidade mínima e máxima de cada produto, conforme os hábitos de consumo identificados no ENDEF. Uma vez calculado o custo mínimo da cesta de alimentos, por

* Boletim Mensal (vários números).

categoria de indivíduo, multiplica-se esse valor pelo respectivo número médio de indivíduos por família, daí tem-se o custo alimentar mínimo para uma família. Para achar a linha de pobreza, divide-se esse valor pelo coeficiente de Engel, que é obtido através de uma regressão simples, relacionando proporção do gasto familiar em alimentação com gastos *per capita* em alimentação com base nos dados do ENDEF.*

Os dados que darão suporte aos resultados deste trabalho são oriundos de duas pesquisas realizadas na RMF pelo Curso de Mestrado em Economia (CAEN) da Universidade Federal do Ceará, cobrindo 3.139 famílias em novembro de 1979 e, pelo SINE-CE no último trimestre de 1985, abrangendo 2.291 famílias.

4. RESULTADOS EMPÍRICOS

De acordo com a metodologia empregada, a otimização da cesta alimentar resultou em 57 produtos oriundos de um grupo de 62. Como resultado, os custos mínimos alimentares mensais para os anos 1979 e 1985, em valores correntes, para a categoria adulto segundo o sexo foram:

1979: Homem = Cr\$ 900,60; Mulher = Cr\$ 293,40

1985: Homem = Cr\$ 132.576,60; Mulher = Cr\$ 64.200,60

A apresentação de resultados apenas para a categoria adulto prende-se ao fato de ser esta a única categoria a fornecer uma solução factível para o problema de otimização. A explicação para isso reside basicamente na rigidez das restrições realistas que foram impostas quanto ao consumo médio dos produtos alimentares. Como já foi dito, as restrições de consumo para cada produto foram baseadas nos valores médios mínimo e máximo, dentre as várias faixas de despesas observadas no ENDEF até o limite de três e meio salários mínimos, valor este escolhido para ser compatível com a determinação do tamanho médio das famílias de baixa renda.

Esse fato imprevisível força a introdução de hipóteses adicionais para a estimativa da linha de pobreza familiar. Trata-se de assumir que o custo de alimentação de um adolescente seja equivalente ao de um adulto do mesmo sexo, e o custo para uma criança seja a metade do custo ponderado entre um adulto masculino e um feminino.** Uma consequência imediata

* PRADO (21) usou esse método e obteve bons resultados estatísticos.

** Essa prática se aproxima daquela usada nos estudos do DIEESE, relativa à equivalência do custo alimentar de duas crianças para um adulto.

disso poderá ser a subestimação do custo de alimentação familiar e, conseqüentemente, da linha de pobreza, já que o limite máximo dos requerimentos de caloria e proteína dos adolescentes é superior ao dos adultos do mesmo sexo. Em todo caso, ficará demonstrado neste estudo, tal como já posto, que os resultados delimitadores da pobreza absoluta e relativa terão por base um mínimo teórico.

Para a determinação do custo mínimo de alimentação familiar computou-se a composição média das famílias, de acordo com idade e sexo, relativa ao número médio de indivíduos. Para tanto, foi necessário dar um corte na faixa máxima de renda familiar para se proceder a tal computação, uma vez que perde sentido englobar informações de famílias não-pobres. Desde que se tinha de optar por um nível de renda familiar, escolheu-se o valor de três e meio salários mínimos, com base em informações de outros estudos de que a linha de pobreza absoluta poderia se situar nesse limite e pela disponibilidade das faixas de renda do ENDEF.

De acordo com as pesquisas de 1979 e 1985, os resultados da composição familiar foram os seguintes, conforme mostrado na TABELA 1.

TABELA 1
RMF — Composição Média do Tamanho Familiar
Segundo Sexo e Categoria de Faixa Etária, 1979 e 1985

Anos	Cônjuges		Adultos		Adolescentes		Crianças
	M	F	M	F	M	F	
1979	1	1	0,26	0,43	0,56	0,56	1,43
1985	1	1	0,42	0,49	0,45	0,48	1,20

FONTE: Pesquisas diretas, CAEN-UFC, 1979 e SINE-CE, 1985.

NOTA: M — masculino; F — feminino.

Esse tamanho médio familiar, para famílias com renda até três e meio salários mínimos, originou-se em pesquisa junto a 1.649 famílias em 1979 e 1.524 famílias em 1985, como atestam as TABELAS 3 e 4. Quase não há diferença na composição familiar nesses dois períodos, exceto no número de adultos do sexo masculino. O tamanho médio familiar

nessas amostras se aproxima bastante dos valores obtidos pela PNAD; quando esta apresenta na faixa de renda domiciliar de dois a cinco salários mínimos uma média de 4,94 indivíduos por domicílio, em 1985, para a RMF, a amostra do mesmo ano evidencia 5,04 indivíduos por família.

De posse desses resultados, é possível estimar o custo alimentar mensal de uma família de baixa renda de tamanho médio na RMF e, posteriormente, os índices de pobreza. Para 1979, o custo de alimentação mensal familiar resultou em Cr\$ 2.649,81, o que equivale a 1,61 salário mínimo, enquanto para 1985 tal custo foi de Cr\$ 433.426,58, correspondentes a 1,30 salário mínimo.

Há três possíveis motivos para essa redução no custo de alimentação de 1979 para 1985:

- a) o índice de preços dos produtos alimentares cresceu menos do que o índice de preços ao consumidor;
- b) mudanças nos preços relativos, com menor crescimento nos produtos ricos em proteínas e calorias;
- c) diferença na composição do tamanho familiar.

Este último item não justifica, porque, ao se aplicar a composição familiar de 1979 no custo alimentar por indivíduo de 1985, chega-se ao valor de 1,32 salário mínimo, que comparado ao 1,30 salário mínimo observado, resulta numa diferença desprezível. O item "a", entretanto, pode justificar a questão. Comparando-se o índice de preços ao consumidor para uma base 100 em 1979, encontram-se para 1985 os valores 22.856 e 23.135 para os respectivos índices, o que justificaria uma menor variação no valor do custo da cesta em termos de salários mínimos. Em termos reais, deflacionando-se pelo índice de preços de produtos alimentares, o custo alimentar de 1985 é 30% inferior ao de 1979.

Para se chegar finalmente às estimativas da linha de pobreza faz-se necessário especificar a proporção dos gastos em alimentação no orçamento familiar, a qual foi obtida a partir da seguinte equação estimada:

$$y = 73,176 - 0,026x \quad R^2 = 0,96, \\ (0,002)$$

onde y representa a proporção dos gastos em alimentação e x os gastos *per capita* em alimentação.

Dado o valor médio calculado, a preços de 1975, para x de 930, estima-se que a proporção dos gastos em alimentação é de aproximadamente 49%. Apesar da confiabilidade destes resultados, decidiu-se investigar, na literatura, o menor valor para essa proporção com o intuito de não só analisar o intervalo de variação da pobreza mas, principalmente, de dar um corte no nível mais alto de renda delimitador dessa pobreza. Por outro lado, ao se manter o intervalo para essa proporção evita-se a alternativa da média dos valores extremos e a possibilidade de transferência de renda de pobres para pobres. Assim, desde que o menor valor encontrado na literatura para tal proporção advém do trabalho de FAVA (8), que foi de 41%, os valores extremos escolhidos para análise foram 50% e 40%, os quais serão designados por caso I e caso II, respectivamente.

As TABELAS 2, 3 e 4 resumem os resultados das pesquisas mostrando os índices e indicadores de pobreza e a distribuição de renda na RMF para os períodos 1979 e 1985.

Observando a distribuição de renda das famílias em Fortaleza, conforme mostram as TABELAS 3 e 4, percebe-se o quão exacerbada é a concentração de renda. Em 1979, 81% da renda estava em poder de 15% das famílias mais ricas, ou seja, com ganhos acima de dez salários mínimos; em 1985, essas famílias representavam 12% do total e detinham 56% da renda. Esses dados coincidem, na verdade, com os resultados da PNAD de 1985, onde 49% da renda era possuída por apenas 14% dos domicílios da RMF com renda acima de dez salários mínimos.

Por outro lado, analisando os grupos de baixa renda extrai-se, para o primeiro corte da linha de pobreza, que em 1979 49,64% das famílias em estado de pobreza absoluta detinham apenas 5,41% da renda; porquanto em 1985, 57,73% dessas famílias em igual situação conseguiam obter 12,39% da renda. Para o segundo corte da linha de pobreza, a situação em 1979 piora, uma vez que apenas cerca de 8% da renda estava em mãos dos alarmantes quase 60% do total de famílias, acontecendo situação semelhante em 1985 quando o percentual da renda se eleva para 16,59%, assim como o das famílias também sobe para aproximadamente 65%. Isso demonstra que ao se passar de uma linha de pobreza para outra correspondente, no período de tempo considerado, piora a distribuição de renda, sem implicar necessariamente, porém, que ao se passar de uma linha de pobreza para outra, em um mesmo ano, isso aconteça.

Sobressai desses resultados o comportamento da evolução da distribuição de renda nas faixas de alta e de baixa renda. Como se pode ver nas tabelas em discussão, de 1979 para 1985 houve uma desconcentração de renda das famílias com ganhos acima de dez salários mínimos; por outro lado, as famílias situadas abaixo da linha de pobreza tiveram suas rendas mais concentradas. Esses fatos são refletidos nos índices de pobreza, como se verá a seguir.

TABELA 2
RMF — Indicadores e Índices de Pobreza
1979 e 1985

Indicadores e Índices	1979		1985	
	Caso I	Caso II	Caso I	Caso II
Linha de pobreza + (z)	3,22	4,03	2,60	3,25
Número de famílias pobres (q)	1.558	1.876	1.323	1.487
Renda média das famílias pobres + (m)	1,56	1,69	1,07	1,27
Renda média de todas famílias + (m*)	13,31	13,31	4,97	4,97
Índice de Gini das famílias pobres (G)	0,357	0,355	0,430	0,430
Proporção de famílias pobres (H)	0,50	0,60	0,58	0,65
Deficiência de renda (I)	0,52	0,53	0,59	0,61
Índice de Sen (P)	0,35	0,42	0,44	0,51
Índice de Fishlow (F)	0,061	0,096	0,203	0,309

FONTE: Pesquisa direta, CAEN-UFC 1979 e SINE-CE 1985.

(+) Salários mínimos.

Comparando os resultados dos índices de pobreza no período 1979/85, pode-se afirmar que o estado de pobreza absoluta das famílias na RMF aumentou, não obstante as linhas de pobreza tenham sido reduzidas no período, em termos de salários mínimos. Este último fato foi explicado anteriormente através do maior crescimento do índice de preços ao consumidor relativo ao índice de preços dos produtos alimentares. Isso, conseqüentemente, reduz a renda média real das famílias pobres e, portanto, é refletido no estado de pobreza absoluta dessas famílias.

TABELA 3
RMF — Distribuição de Renda por Faixa de Rendimento Familiar
1979

Renda Familiar (Salário Mínimo)	Número de Famílias			Massa de Renda		
	abs.	%	% acum.	abs.	%	% acum.
0	236	7,52	7,52	0	0	0
0 — 0,5	58	1,85	9,37	31.165	0,04	0,04
0,5 — 1,0	197	6,28	15,65	284.255	0,39	0,43
1,0 — 1,5	198	6,31	21,96	401.550	0,54	0,97
1,5 — 2,0	323	10,29	32,25	937.162	1,27	2,24
2,0 — 2,5	250	7,96	40,21	933.936	1,27	3,51
2,5 — 3,0	160	5,10	45,31	719.402	0,98	4,48
3,0 — 3,22	136	4,33	49,64	685.737	0,93	5,41
3,22 — 3,5	91	2,90	52,54	501.690	0,68	6,09
3,5 — 4,03	227	7,23	59,76	1.390.659	1,89	7,98
4,03 — 5,0	259	8,25	68,01	1.923.332	2,61	10,59
5,0 — 7,0	300	9,56	77,57	2.918.801	3,96	14,55
7,0 — 10,0	222	7,07	84,64	3.040.558	4,12	18,67
mais de 10	482	15,36	100,00	59.985.089	81,33	100,00
Total	3.139	100,00	—	73.753.336	100,00	—

FONTE: Pesquisa direta CAEN-UFC.

NOTA: Os dois níveis de renda familiar, 3,22 e 4,03 salários mínimos, referem-se aos cortes de linhas de pobreza.

Então, voltando ao ponto central da questão, o aumento da pobreza absoluta no período resulta do crescimento dos índices relativos e da própria distribuição de renda. Considerando inicialmente o caso I, onde alimentação representa 50% do orçamento, a proporção de famílias situadas abaixo da linha de pobreza, denotada pelo índice H, passou de 50% em 1979 para 58% em 1985, enquanto a proporção do déficit da renda média em relação à linha de pobreza, denotada pelo índice I, cresceu de 52% para 59% no período. E a distribuição de renda entre os pobres, representada pelo índice de Gini, progrediu de 0,36 para 0,43. O resultado desses crescimentos dos índices parciais de pobreza foi o aumento substancial de 26% no índice geral de pobreza absoluta, representado por P, quando este passou de 0,35 para 0,44.

Para o caso II, que define a linha de pobreza com base no parâmetro de 40% para despesas em alimentação no orçamento familiar, os resultados foram semelhantes ao caso anterior para os crescimentos dos índices parciais, porém menos elevados, embora tenham os mesmos atingido o patamar de 60%. Para dar uma noção exata dessas magnitudes, e considerando o caso II, saliente-se que, em 1985, 65% das famílias fortalezenses encontravam-se em estado de pobreza absoluta. Mesmo assim, o índice de pobreza absoluta geral mostrou um acréscimo significativo de mais de 21% no período, resultado esse advindo de uma maior proporção de famílias pobres, um maior distanciamento da renda média dessas famílias para com a linha de subsistência, provocando, assim, uma expansão da insuficiência de renda e um agravamento na distribuição de renda daquelas famílias.

No que tange à posição da pobreza relativa, definida aqui pelo índice de Fishlow, a situação no período mostra-se também agravada. Observando-se inicialmente o ano de 1979, percebe-se um pequeno acréscimo do índice ao se passar da linha de pobreza menor para a maior, ou seja, o índice aumenta de 6,1% para 9,6%. Isso significa que, naquele ano, era necessário transferir menos de 10% da renda das famílias não-pobres para que as famílias pobres atingissem o nível de subsistência. Já para 1985, tal índice atinge os valores 20,3% e 30,9% para as linhas de pobreza do caso I e caso II, respectivamente. Neste caso, seriam necessários mais de 20% da renda das famílias não-pobres a serem transferidas para se extinguir a pobreza absoluta.

TABELA 4
RMF — Distribuição de Renda por Faixa de Rendimento Familiar
1985

Renda Familiar (Salário Mínimo)	Número de Famílias			Massa de Renda		
	abs.	%	% acum.	abs.	%	% acum.
0	289	12,61	12,61	0	0	0
0 — 0,5	107	4,67	17,28	10.314.406	0,27	0,27
0,5 — 1,0	299	13,05	30,33	87.999.273	2,32	2,59
1,0 — 1,5	186	8,12	38,45	76.742.080	2,02	4,61
1,5 — 2,0	261	11,39	49,84	154.474.087	4,07	8,68
2,0 — 2,5	138	6,02	55,86	104.349.886	2,75	11,43
2,5 — 2,6	43	1,87	57,73	36.342.540	0,96	12,39
2,6 — 3,0	83	3,62	61,35	77.262.140	2,03	14,42
3,0 — 3,25	81	3,54	64,89	82.546.210	2,17	16,59
3,25 — 3,5	37	1,62	66,51	41.652.680	1,10	17,69
3,5 — 5,0	185	8,08	74,59	257.240.755	6,77	24,46
5,0 — 7,0	171	7,46	82,05	337.770.934	8,89	33,35
7,0 — 10,0	139	6,07	88,12	391.446.480	10,31	43,66
mais de 10	272	11,87	100,00	2.14E + 09*	56,34	100,00
Total	2.291	100,00	—	3.80E + 09*	100,00	—

FONTE: Pesquisa direta SINE-CE.

NOTA: (*) E + 09 significa dez elevado a potência de nove.

Para dar mais realce à análise, repetiu-se o cálculo do índice englobando somente aquelas famílias não-pobres, com renda acima de dez salários mínimos. Pois, uma vez que se está estimando linha de pobreza como um mínimo (teórico) de subsistência, torna-se difícil imaginar transferência de renda por parte das famílias na fronteira superior da subsistência. Nestas circunstâncias, os índices computados foram, para 1979, 7,1% e 10,9% para as duas linhas de pobreza respectivas, e para 1985, os índices foram respectivamente, 31,6% e 45,8%. Em outras palavras, enquanto em 1979 seria necessário transferir menos de 11% da renda dos 15% de famílias ricas para exaurir a pobreza de 60% das famílias de Fortaleza, em 1985 se precisaria transferir quase 46% da renda dos 12% de famílias ricas para extinguir a pobreza absoluta de 65% das famílias de Fortaleza.

A fim de levantar algumas características econômicas dos componentes das famílias localizadas abaixo da linha de pobreza, em contraste com aquelas acima da linha, deduzimos alguns coeficientes das variáveis disponíveis na pesquisa e julgadas esclarecedoras do ponto de vista do posicionamento da renda das famílias e de seus membros. Para tanto, foram consideradas as famílias com renda até a menor linha de pobreza, e para as famílias não-pobres levou-se em consideração aquelas situadas acima da maior linha de pobreza. Assim, tem-se com maior clareza o contraste das variáveis sobre esses dois grupos de famílias.

A primeira variável averiguada baseia-se na taxa de ocupação. Definindo esta taxa como a proporção do número de indivíduos (não-estudantes, não-aposentados e não-inválidos) ocupados por família, observa-se ser essa taxa pelo menos duas vezes maior para as famílias não-pobres. Esse resultado é de certo modo esperado, em virtude da maior renda dessas famílias.

Com o intuito de captar o efeito da segmentação do mercado de trabalho, computou-se a taxa de ocupação de indivíduos por família no setor informal, obtendo-se o resultado inesperado de que, tanto em 1979 como em 1985, essa taxa é consideravelmente menor para as famílias pobres. Isso significa dizer que, estar uma família no setor informal não necessariamente implica estar a mesma em estado de pobreza absoluta.

Com relação ao tempo médio de trabalho, ou seja, à média de horas semanais trabalhadas, por indivíduos ocupados em cada família, resultou o esperado: a média nas famílias pobres é maior. Isto é, pela desqualificação

profissional e/ou educacional os indivíduos pertencentes às famílias pobres tendem a trabalhar mais tempo para compensar as baixas remunerações; enquanto nessas famílias a média é de 47 horas semanais, nas famílias não-pobres a média é de 43 horas, sendo essas médias válidas tanto em 1979 como em 1985.

Tocando no aspecto educacional, também era esperado que as famílias pobres apresentassem um grau de educação bem mais baixo. Em 1979, para as famílias abaixo da linha de pobreza a média de anos de estudo foi de 4,6; Já nas famílias não-pobres tal média foi de 8,9 anos; em 1985, a diferença das médias reduziu-se um pouco.

Uma questão teórica que contribui para explicar as causas da pobreza urbana é a migração desordenada do campo para os grandes centros urbanos. Para uma indicação disso, pôs-se à prova os dados das pesquisas. Na pesquisa de 1979, não podendo diferenciar a origem do migrante (campo ou cidade), calculou-se um coeficiente representado pelo número de migrantes por indivíduo ocupado. Os resultados demonstram que tanto para as famílias pobres como para as não-pobres o coeficiente igualou-se em 0,58. Entretanto, para 1985, diferenciando a origem do migrante, constatou-se que os de origem rural apresentavam um coeficiente nas famílias pobres duas vezes maior do que para as famílias não-pobres, enquanto para os migrantes de origem urbana a situação era oposta. Isso sugere, pelo menos, uma indicação para a confirmação da teoria da migração.

Uma outra questão levantada refere-se à contribuição dos membros familiares na renda familiar, caso o chefe não esteja ocupado. Nesta situação, registrou-se uma baixa taxa de ocupação (30%) do cônjuge feminino nas famílias situadas abaixo da linha de pobreza. Em vista desse resultado, de certo modo inesperado, montou-se um modelo que buscasse explicar a participação feminina no mercado de trabalho, objetivando identificar os fatores condicionantes dessa participação e, conseqüentemente, a contribuição feminina para o aumento da renda familiar.

O método escolhido para estudar esse problema foi a especificação de um modelo econométrico do tipo probabilístico — modelo Probit — aplicado a níveis de renda familiar, onde a variável dependente assume o valor "1", se a mulher está ocupada com remuneração, e o valor "0", caso contrário. Como variáveis explicativas consideraram-se: anos de escolaridade; fertilidade (número de filhos); relação do marido com o mercado de trabalho, salário do marido e idade.

Independentemente da faixa de renda familiar, a única variável que se mostrou de peso para determinar se a mulher trabalha ou não é a condição de ocupação do marido. As estimativas para famílias com renda de até três salários mínimos indicam que a probabilidade da mulher trabalhar, quando o marido está ocupado, é próxima de zero, ao passo que, se o marido está desocupado, a probabilidade sobe sensivelmente, podendo chegar até a 80%. No caso das famílias não-pobres, com renda acima de dez salários mínimos, a situação muda um pouco. Se o marido está ocupado, a probabilidade da mulher se encontrar ocupada gira em torno de 9%; caso contrário, essa probabilidade aumenta, embora não muito acentuadamente como no caso anterior, variando de 33% a 48%, resultado este justificado, talvez pela alta renda familiar.

Esses resultados não congemina com os encontrados por BARROS & MENDONÇA (4) para a RMF. Apesar de usarem uma metodologia diferente e de restringirem sua amostra às famílias em que os cônjuges perfazem mais de 90% da renda familiar, cada domicílio abriga apenas uma família e os filhos residentes têm no máximo 14 anos. Segundo suas estimativas, se o chefe encontra-se ocupado, a participação da mulher no mercado de trabalho é de 43,6%, ao passo que, se desempregado, essa participação sobe para 57,2%.

A principal conclusão que se extrai das estimativas do modelo diz respeito ao custo de oportunidade de a mulher ingressar no mercado de trabalho. Pelo que se analisou, a mulher só se mostra sensível a buscar uma ocupação quando o marido encontra-se desocupado. Certamente os resultados dessa análise, vistos sob o lado da oferta, são surpreendentes. Reconheça-se, no entanto, que do lado da demanda são impostas fortes restrições que dificultam o acesso das mulheres a uma ocupação remunerada que, conseqüentemente, possa complementar a renda familiar com vistas a transpor o limite de pobreza absoluta.

5. CONCLUSÕES

Dentro do principal objetivo proposto, constatou-se um acirramento da pobreza em Fortaleza no período em questão. Destaca-se em primeiro lugar a intensidade da pobreza, medida pela proporção de famílias pobres, pois observou-se que essa intensidade cresceu 16% de 1979 a 1985, revelando que neste último ano 58% das famílias fortalezenses encontravam-se abaixo do limite de subsistência.

A deficiência de renda média dessas famílias, indicada pela proporção do hiato de renda em relação à linha de pobreza, cresceu também em igual magnitude no período, assinalando para 1985 uma deficiência de 59%, demonstrando, assim, que a renda média daquelas famílias precisaria ser quase duplicada para exaurir tal deficiência.

Conjugando intensidade e deficiência da pobreza com a distribuição de renda das famílias pobres, através do índice de Sen, constatou-se que o índice geral de pobreza absoluta cresceu 26% de 1979 a 1985, atingindo em 1985 um elevado valor entre 44% e 51%. Isso é o reflexo do agravamento da intensidade e deficiência da pobreza e da distribuição de renda entre os pobres.

Através da determinação da pobreza relativa, obtida pelo índice de Fishlow, estimou-se que, em termos proporcionais, houve um aumento substancial da insuficiência de renda das famílias pobres em relação às não-pobres no período 1979-85. Como resultado, para se extinguir a pobreza absoluta, em 1985, seria necessária a transferência da quinta parte da renda das famílias não-pobres para as famílias pobres.

Alguns resultados normalmente esperados para os indivíduos de famílias pobres foram constatados, tais como, menor nível educacional, maior jornada de trabalho semanal, entre outros. Surpreendeu, entretanto, o fato de encontrar-se uma taxa de ocupação duas vezes maior nas famílias não-pobres. Mais surpreendente ainda foi constatar-se que a taxa de ocupação para essas famílias no setor informal é também duas vezes maior do que para as famílias pobres. Com respeito à migração verificou-se que a proporção de migrantes de origem rural é duas vezes maior nas famílias pobres, confirmando, assim, um dos pressupostos básicos para a explicação da pobreza urbana.

Investigando os fatores que condicionam a participação das mulheres no mercado de trabalho como uma forma de complementação da renda familiar para fugir do estado de pobreza absoluta, encontrou-se que, de todos os fatores analisados, a participação da mulher no mercado de trabalho está condicionada, em sua quase totalidade, ao fato de o chefe familiar estar ou não ocupado, independente de seu nível de renda. Se o marido está ocupado, a probabilidade média de uma mulher pertencente a uma família situada abaixo da linha de pobreza encontrar-se também ocupada com remuneração é ínfima ou senão nula; caso contrário, a chance cresce sensivelmente, atingindo até 80%.

Enfim, ficou claro, de acordo com a definição de linha de pobreza ou renda de subsistência, que o Governo deve intervir com políticas econômicas e sociais compensatórias que possam cobrir a insuficiência de renda dos pobres. Políticas de saúde e educação, bem como serviços públicos essenciais devem ser providos ou subsidiados pelo Governo às famílias de baixa renda, para que estas tenham condições dignas de sobrevivência física e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01. AHLUWLIA, M. S. et alii. Growth and poverty in developing countries. *Journal of development economics*, 6(3), 1979.
02. ALTIMAR, O. La Dimensión de la pobreza en America Latina. Santiago do Chile, CEPAL, 1979. (Cuadernos de la CEPAL, 27).
03. ARRAES, R. A. & SOARES, F. A. Aspectos da pobreza urbana em Fortaleza. Fortaleza, CAEN-UFC, 1986. (Série Relatório de Pesquisa, 39).
04. BARROS, R. B. & MENDONÇA, R. S. P. Família e distribuição de renda: o impacto de participação das esposas no mercado de trabalho. Belo Horizonte, Anais do 16º Encontro Nacional de Economia, 1988.
05. BENEVIDES FILHO, M. Income distribution in Brazil: 1970-1980 compared. Vanderbilt University, 1985. (Tese Doutor).
06. CEPAL/PNUD. Se puede superar la pobreza? realidad e perspectivas en America Latina. Santiago do Chile, 1980. (Projeto CEPAL/PNUD — La Pobreza crítica en America Latina).
07. CUADRA, E. J. S. Diferenças espaciais de nutrição, renda e pobreza no Brasil. São Paulo, FEA/USP, 1981. (Tese Mestre).
08. FAVA, V. L. Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1984. (Série ensaios econômicos, 37).
09. FERREIRA, A. Pobreza urbana e distribuição de renda na região metropolitana de Fortaleza. Fortaleza, UFC/CAEN, 1983. (Série Relatório de Pesquisa, 24).

10. FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American economic review**, 62(2), maio 1972.
11. GALBRAITH, J. K. **A Sociedade da pobreza**. Lisboa, Publicações Don Quixote, 1979.
12. HICKS, J. F. & VETTER, D. M. Identifying the urban poor in Brazil. Washington, s. ed., 1983. (World Bank Staff Working Papers, 565).
13. HICKS, N. & STREETEN, P. Indicators of development: the search for a basic needs yardstick. s.l. s.ed., 1979. (World development, 7).
14. HIMMELFARB, G. **The Idea of poverty: England in the early industrial age**. London, Faber and Faber, 1984.
15. HOFFMANN, R. Distribuição de renda e pobreza entre as famílias no Brasil: 1980-83. **R. de Economia Política** (19), 1985.
16. _____. **A Pobreza no Brasil: análise dos dados dos censos demográficos de 1970 e 1980**. São Paulo, Anais do 5º Encontro Brasileiro de Econometria, 1984.
17. JAGUARIBE, H. et alii. **Brasil 2.000: para um novo pacto social**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
18. LEWIS, A. W. Economic development with unlimited supplies of labour. In: ARGAWALA, A. N. & SING, S. P. ed. **The Economics of underdevelopment**. s.l., Oxford University, 1958.
19. MATA, M. **Concentração de renda, desemprego e pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979. (Relatório de Pesquisa, 41).
20. MORRIS, M. D. & LISER, F. B. The PQLI: measuring progress in meeting human needs. s.l., s.ed., 1977. (Comuniqué on development issues, 32).

21. PRADO, E. F. S. Mínimo de subsistência e pobreza no Nordeste: alguns aspectos quantitativos. **Revista Econômica do Nordeste**, 14(1), 1983.
22. PRADO, E. F. S. & MACEDO, R. **Dimensão regional da pobreza: um reexame do problema do Nordeste brasileiro**. s.l., FIPE/BNB/SUDENE, 1980. (Relatório de Pesquisa).
23. ROCHA, Sonia. **Linhas de pobreza nas regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80**. Belo Horizonte, Anais do 16º Encontro Nacional de Economia, 1988.
24. SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo, HUCITEC/UFPE/CN-PU, 1978.
25. SANTOS, R. **Leis Sociais e custo da mão-de-obra no Brasil**. São Paulo, Edições LTR, 1973.
26. SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometria**, 44 (2), 1976.
27. SILVA, P. R. **Nutrição e desenvolvimento econômico do Nordeste**. Fortaleza, BNB.ETENE, 1983.

Abstract: This article focuses on the evolution of absolute and relative poverty in the Metropolitan Area of Fortaleza based on 1979 and 1985 surveys. The concept of subsistence is discussed and measured by a minimum level of monetary income which is defined as the poverty line. This line was established by nutritional rules according to age and sex. Sen's and Fishlow's indexes were estimated which indicated that both the absolute and the relative poverty have been increased in the period. Other socio-economic characteristics were compared between poors and non-poors.